

1 **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Abertura; Posse dos novos membros, aprovação da ata da
4 12ª reunião, aprovação do Regimento Interno, discussão e aprovação do
5 reenquadramento dos corpos d'água das bacias do Alto Iguaçu e
6 Afluentes do Alto Ribeira, apresentação do andamento dos trabalhos
7 relativos ao Programa de Segurança da Água, assuntos gerais e
8 encerramento

9 Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às 14:00 horas,
10 na Sala dos Conselhos do CIETEP, realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do
11 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A Presidente do
12 Comitê, Sra. INGRID ILLICH MULLER, após verificação de quorum, solicitou à
13 Secretária Executiva, Sra. Olga Polatti que procedesse a leitura da pauta,
14 passando em seguida ao **2º ITEM DA PAUTA** que tratava da apresentação e
15 posse dos novos membros do Comitê. Foram empossados os membros
16 titulares Sr. Fábio Leal Pires, da FIEP, em substituição a Odair Ceschin, Sérgio
17 Mauro Ribas, da Mineropar, em substituição a Rogério da Silva Felipe,
18 Fernanda Mazolon Padilha, da Prefeitura de Campo Magro, e o membro
19 suplente Carse Lazar Junior, da MINEROPAR, em substituição a Dioclécio
20 Falcade. A Sra. Presidente parabenizou os novos membros e passou ao **3º**
21 **ITEM DA PAUTA** que tratava da aprovação da ata da 12ª Reunião Ordinária
22 colocando em votação a dispensa da leitura da ata por esta ter sido enviada
23 previamente aos membros do Comitê. Aprovada a dispensa de leitura, abriu-se
24 para comentários ou alterações, a Sra. INGRID ILLICH MULLER informou o
25 recebimento dos comentários encaminhados pela Sra. Martha Sugai da
26 COPEL, a Sra. Olga Polatti explicitou um comentário pertinente a 10ª Reunião
27 Ordinária do Sr. MARIO BASTOS da CAT-IRAI, o qual foi colocado anexo a
28 ata. O Sr. MARIO BASTOS da CAT-IRAI solicitou a criação de uma Câmara
29 Técnica para discutir as questões de drenagem urbana que ocorrem na Região
30 Metropolitana de Curitiba. Em resposta ao assunto proposto, a Sra. INGRID
31 ILLICH MULLER informou que apesar da colocação ser bastante pertinente, o
32 item em discussão era a aprovação da ata e que, como o tema não estava
33 previsto em pauta, este seria discutido no item de assuntos gerais. A Sra.
34 INGRID ILLICH MULLER colocou em votação a aprovação da ata, com as
35 sugestões da Sra. MARTHA SUGAI e o anexo do Sr. MARIO BASTOS DA
36 SILVA e a mesma foi aprovada por unanimidade. A seguir passou ao **4º ITEM**
37 **DA PAUTA**, - Aprovação da Revisão do Regimento Interno, passando a
38 palavra a Sra. MARTHA SUGAI da COPEL, coordenadora da Câmara Técnica
39 de Revisão do Plano para proceder a apresentação sobre os proposta. A Sra.
40 MARTHA SUGAI lembrou que a Câmara Técnica de Revisão do Regimento
41 Interno havia sido aprovada na 12a. reunião do Comitê, explicou que os
42 trabalhos da Câmara Técnica se resumiram a uma adaptação do regimento ao
43 Decreto Estadual nº 9.130/2010 que regulamenta os Comitês de Bacia e
44 apresentou os principais itens alterados. A apresentação e o novo regimento
45 interno estão anexos a essa ata. A Sra. INGRID ILLICH MULLER agradeceu a
46 exposição e abriu para comentários. O Sr JORGE RAMON ARAUJO MELLO
47 da REDADA comentou sobre sua preocupação quanto ao fato de instituições
48 participantes do Comitê estarem sendo investigadas pelo Ministério Público e
49 pela Polícia Federal e a Sra. INGRID ILLICH MULLER lembrou que o tema em
50 discussão era aprovação do Regimento Interno e solicitou que os comentários

51 fossem a respeito do tema em discussão e comentou que as alterações do
52 Regimento Interno eram adequações ao novo Decreto, e como os membros
53 haviam recebido cópia do Regimento Interno antecipadamente e haviam sido
54 previamente consultados sobre contribuições, disse que gostaria de conduzir a
55 votação em blocos. O Sr JORGE RAMON ARAUJO MELLO não concordou e
56 questionou o fato de se decidir em uma única votação todos os itens alterados.
57 A Sra. INGRID ILLICH MULLER explicou que excluindo a alteração na
58 composição da Mesa Diretora, de Presidente e Secretário Geral para
59 Presidente e Vice – Presidente, não havia alteração significativa e submeteu a
60 votação a sugestão do Sr. JORGE RAMON ARAUJO MELLO de se votar item
61 a item do regimento interno sendo que a plenária decidiu por discutir em
62 blocos, com 2(dois) votos contrários sendo a alteração do Regimento Interno
63 aprovada com uma abstenção e um voto contrário. Em seguida, a Sra.
64 INGRID ILLICH MULLER passou ao **5º ITEM DA PAUTA** que tratava da
65 apresentação da proposta de Reenquadramento dos Rios das Bacias do Alto
66 Iguaçu e dos Afluentes do Alto Ribeira, comentando ser um tema importante e
67 longamente discutido nas câmaras técnicas, que o enquadramento era um
68 instrumento de gestão que direciona os investimentos necessários para atingir
69 a qualidade de água desejada para os cursos d'água e convidou o coordenador
70 da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano (CTPLAN), o Sr. EDGARD
71 FAUST FILHO, representante da ABES, para fazer uma introdução à
72 apresentação propriamente dita. O Sr. EDGARD FAUST FILHO ressaltou a
73 importância do Reenquadramento dos Rios da área de abrangência do
74 COALIAR, relatando que a proposta que iria ser apresentada havia sido
75 bastante discutida no âmbito da CTPLAN, em reuniões conjuntas com a
76 Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB), que a proposta levou em conta
77 limitações técnicas e econômicas principalmente pelo fato da localização das
78 bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e fez um breve histórico das
79 discussões, sendo que a apresentação está em anexo. A seguir o Sr. ENEAS
80 SOUZA MACHADO, Diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas do Instituto das
81 Águas do Paraná procedeu a apresentação da proposta do reenquadramento
82 das águas dos rios do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira em classes de
83 qualidade segundo os usos preponderantes, a qual encontra-se em anexo.
84 Após as apresentações a Sra. INGRID ILLICH MULLER agradeceu os
85 expositores e abriu para comentários sobre a proposta. O Sr. JORGE RAMON
86 ARAUJO MELLO questionou se o novo código florestal interferia no
87 enquadramento ao que o Sr. ENEAS SOUZA MACHADO respondeu que não e
88 que as intervenções necessárias para se atingir o enquadramento seriam
89 abordadas no Plano de Efetivação incluindo a implantação de parques e a
90 problemática de matas ciliares de acordo com a legislação vigente. O Sr
91 GILSON LUIZ DA SILVA da Prefeitura Municipal de Colombo indagou sobre o
92 fato de em algumas situações a classe proposta ser pior do que a classe atual,
93 ao que a Sra. INGRID ILLICH MULLER esclareceu que a classe atual era a
94 classe definida em legislação anterior e que não retratava a atual qualidade da
95 água e indicou a falta de uma coluna com a situação atual do rio na tabela de
96 enquadramento proposto apresentada. Em seguida a Sra. MARTHA SUGAI da
97 COPEL comentou que o assunto em discussão era um importante instrumento
98 da política de recursos hídricos com impacto na evolução das cidades, na
99 outorga e no licenciamento ambiental e lembrou que a proposta de
100 classificação havia sido feita com base na qualidade atual da água, olhando o

101 enquadramento pela legislação vigente e propondo um novo enquadramento
102 considerando os usos futuros, e que o enquadramento proposto poderia ser
103 revisto no futuro quando houvessem novas informações. Comentou que
104 acreditava que todos os presentes, independente do setor que representavam,
105 queriam melhorar a qualidade da água. A Sra. ELENIZE MOTTER FERRANTE
106 DA SILVA, representante do IAP, apresentou o Sr. ALBERTO BACCARIM,
107 Diretor do Departamento de Estudos de Padrões Ambientais do IAP, que fez
108 algumas considerações a respeito do enquadramento proposto se
109 posicionando a favor a proposição, com exceção aos dois critérios adicionais
110 referentes ao enquadramento de rios com estações de tratamento de efluentes
111 seja no caso de ETEs em obras ou existentes, quando a classe na zona de
112 autodepuração seria Classe 4 ou no caso de novas ETEs quando o rio passaria
113 ser classe 3 na zona de autodepuração sendo que o comprimento da zona de
114 autodepuração seria definido no ato da outorga. Nesse caso, o Sr. ALBERTO
115 BACCARIM pediu que a abordagem se adequasse ao que está definido na
116 Resolução CONAMA 430/2011 que trata dessas situações apontadas com
117 bastante critério, e falou que o IAP aprovaria a proposta de enquadramento
118 com essa ressalva. Sra. INGRID ILLICH MULLER agradeceu o comentário e a
119 presença do IAP, passando a palavra ao Sr. Enéas Souza Machado do
120 AGUASPARANÁ que respondeu que o assunto seria discutido na CTPLAN. A
121 Sra. INGRID ILLICH MULLER passou a palavra a Sra. STELLA MARIS DA
122 CRUZ BEZERRA da UTFPr que declarou que, embora achasse bom ter uma
123 chance de participar no processo de enquadramento, sentia um desconforto de
124 tratar de um assunto de tamanha responsabilidade. Colocou sua preocupação
125 com relação às limitações técnicas e econômicas apresentadas como
126 justificativa de se enquadrar alguns rios na Classe 4 mesmo sabendo que a
127 situação atual dos rios não estava boa, pois existiam exemplos de recuperação
128 de rios urbanos em cidades maiores que Curitiba, e que a limitação econômica
129 só acontecia quando a prioridade do investimento não era a recuperação dos
130 rios. Comentou também que o enquadramento proposto era frustrante e que o
131 importante era enfrentar a responsabilidade das conseqüências geradas em
132 função das decisões, mas que não estava fazendo um voto de aprovação ou
133 desaprovação, estava só trazendo questionamentos. Lamentou que na
134 apresentação não estava discriminada a qualidade atual dos trechos de rios
135 porque como não havia lido o documento todo, havia feito uma estatística com
136 os dados da apresentação e levantou que, comparando a classe da legislação
137 anterior e da classe proposta, dos 56 trechos de rios, apenas 18 melhoraram,
138 três trechos permaneceram na mesma e 35 ficaram ficam piores. A Sra.
139 INGRID ILLICH MULLER respondeu que a legislação anterior classificava a
140 maioria dos rios em Classe 2, sem analisar os usos e tal classificação não era
141 real, bastando ver a qualidade atual das águas. A Sra. STELLA MARIS DA
142 CRUZ BEZERRA concordou e pediu um esforço um pouco maior na
143 recuperação de pelo menos alguns rios e a Sra. INGRID ILLICH MULLER
144 comentou que o que estava sendo proposto era o mínimo mas seria muito bom
145 conseguir trazer os rios de qualidade classe 4 para classe 3 ou 2, e
146 complementou dizendo que o que estava na legislação antiga não condizia
147 com a realidade. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO comentou que a Sra.
148 STELLA MARIS DA CRUZ BEZERRA colocou muito bem os seus pontos e era
149 a vontade de ter menos rios classe 4, mais rios classe 2 ou até um ou outro
150 classe 1, mas que olhando a história da política de saneamento no nosso país

151 realizamos que não houve investimento federal importante na área de coleta e
152 tratamento de esgoto desde a época do PLANASA e que ainda hoje as
153 entidades financeiras não disponibilizavam recursos para melhoria de eficiência
154 de ETEs ou melhoria de rede de esgoto que viriam a melhorar a qualidade de
155 água de nossos rios. O Sr. FRANCISCO DE OLIVEIRA LEME da
156 PETROBRÁS, questionou sobre o prazo, que foi colocado para o ano 2036, e
157 se isso tinha alguma razão técnica, ao que a Sra. Olga Polatti explicou que o
158 ano foi definido tendo em vista a projeção populacional realizada a partir do
159 Censo 2010 pelo IPARDES. O horizonte do Plano de Bacia seria 2040 e o
160 horizonte de Enquadramento foi adiantado para o ano de 2036 tendo em vista
161 o cálculo de carga orgânica a remover para um população estimada de 4,5
162 milhões de habitantes prevista para ser atingida em 2036. O Sr. EDUARDO
163 KUDUAVSKI da Prefeitura Municipal de Araucária perguntou se a próxima
164 etapa seria o Plano de Efetivação ao que a Sra. INGRID ILLICH MULLER
165 explicou que sim e que após a aprovação do Plano de Efetivação, a proposta
166 de reenquadramento e o Plano de Efetivação seriam submetidos a Consulta
167 Pública. O Sr. ALBERTO BACCARIM do IAP comentou que inicialmente havia
168 achado o enquadramento muito tímido, mas considerando a previsão de
169 aumento da população e instalação de novas indústrias a proposta era realista.
170 O Sr. GILMAR CLAVISSO da Prefeitura Municipal de Piraquara perguntou se
171 o rio Piraquara na área de interesse especial turístico do Marumbi não deveria
172 ser enquadrado como especial, ao que a Sra. OLGA POLATTI do
173 AGUASPARANÁ declarou que na legislação ela estava prevista como classe 2
174 e por sua importância se abriu uma exceção e trouxe para classe 1 e não
175 especial, justificando que a classe especial é quase o rio em seu estado
176 natural e que havia alteração antrópica no local. O Sr. GILMAR CLAVISSO
177 questionou se o rio Piraquara entre a área de interesse especial turístico do
178 Marumbi e o limite da APA do Piraquara não poderia ser classe 1 e a Sra.
179 OLGA POLATTI justificou dizendo que se levou em consideração a qualidade
180 da água que era classe 3 e o uso preponderante e restritivo de abastecimento
181 humano, que pode ser classe 2, ficou classe 2. O Sr. ENÉAS SOUZA
182 MACHADO comentou que sendo o rio classe 2 já poderia ser manancial de
183 abastecimento humano e que uma mudança do enquadramento para classe 1
184 significaria executar obras que poderiam estar sendo executadas em outros
185 lugares críticos. Não havendo mais comentários a Sra. INGRID ILLICH
186 MULLER submeteu a proposta de reenquadramento à votação com a ressalva
187 levantada pelo IAP e a mesma foi aprovada com 2 votos contra. A Sra. INGRID
188 ILLICH MULLER agradeceu a todos, dizendo ser um fato histórico para o
189 COALIAR e para qualidade dos rios do Alto Iguaçu e dos Afluentes do Alto
190 Ribeira. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO também comentou que era uma
191 data histórica, que coroava um esforço de dois anos e meio de trabalho e
192 muitas discussões no âmbito da CTPLAN e agradeceu a todos os que
193 colaboraram na proposta, ao Edgard Faust Filho, coordenador da CTPLAN e à
194 Olga Polatti, a Gerente das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
195 Passou-se então ao **6º ITEM DA PAUTA** que tratava da apresentação do PSA
196 - Programa de Segurança da Água, pelo Sr. AGENOR ZARPELON da
197 SANEPAR. O Sr. AGENOR ZARPELON explicou que o PSA estava previsto na
198 Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério de Saúde que
199 dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da
200 água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e que como as

201 empresas de saneamento tem sob sua responsabilidade o tratamento da água
202 e a sua distribuição, mas não a questão de onde vem o recurso hídrico, a
203 SANEPAR propôs um piloto no Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes
204 do Alto Ribeira tendo sido constituído um Grupo de Trabalho no âmbito da
205 CTPLAN para acompanhamento dos trabalhos e que havia sido definido aplicar
206 o PSA na bacia do Rio Passaúna, para definição de metodologia. Ao finalizar a
207 apresentação o Sr. AGENOR ZARPELON agradeceu a oportunidade passando
208 a palavra para Sra. INGRID ILLICH MULLER que abriu para perguntas sobre a
209 apresentação. O Sr. MARIO BASTOS DA SILVA parabenizou a intenção da
210 SANEPAR em trabalhar os riscos na fonte, comentou sobre a existência de
211 iniciativas da SANEPAR de pagamento por serviços ambientais como o Fundo
212 Azul e perguntou se haveria verba para projetos da sociedade civil nessa área.
213 O Sr. PEDRO LUIS PRADO FRANCO da SANEAPR, com relação ao PSA,
214 esclareceu que a SANEPAR não teria competência legal para atuar na área
215 dos mananciais, que essa competência seria da área de recursos hídricos e
216 que as concessionárias não teriam poder de fiscalização em áreas de
217 manancial, surgindo então uma proposta da AESBE - Associação das
218 Empresas de Saneamento Básico Estaduais de se implantar um piloto de
219 como implementar um PSA através dos Comitê de Bacias incluindo o PSA
220 como um programa do Plano de Bacia. Comentou que estava sendo proposta
221 uma metodologia de trabalho com base em um piloto na bacia do Passaúna e
222 que seriam necessários recursos para sua implementação e que o PSA não
223 era um programa das empresas de saneamento, era um programa sendo
224 coordenado pela SANEPAR mas que não dependia só dela e sim de todos os
225 atores envolvidos na bacia. O Sr. GILMAR CLAVISSO da Prefeitura Municipal
226 de Piraquara parabenizou a SANEPAR e ao Ministério da Saúde pelo fato da
227 concessionária se responsabilizar pela origem da água e pela água que ela
228 capta e propôs estabelecer uma meta de se iniciar a cobrança pelo uso da
229 água em junho. A Sra. INGRID ILLICH MULLER comentou que já havia sido
230 uma grande conquista a aprovação do enquadramento, que a meta de início da
231 cobrança era uma meta que o Comitê buscava e passou ao último e **7º ITEM**
232 **DA PAUTA** - Assuntos Gerais, relatando que o Instituto de Engenharia havia
233 homenageado a colega Sra. MARTHA SUGAI com o "Troféu Paraná de
234 Engenharia – área de Recursos Hídricos. Comunicou que o mandato de todos
235 os presentes estava finalizando em dezembro e que em janeiro de 2013 a
236 Secretaria Executiva irá mandar correspondência para todos os setores
237 solicitando a manifestação de interesse de participação dos membros atuais ou
238 indicação de novos membros para o Comitê. Informou a respeito de uma
239 solicitação da SPVS, que estava submetendo um projeto para PETROBRÁS
240 AMBIENTAL, que iria atuar em algumas ações nos rios da Região
241 Metropolitana e necessitava de um aval do COALIAR tendo sido enviada uma
242 correspondência do Comitê informando que o mesmo aprovava ações que
243 buscavam a melhoria dos recursos hídricos da região. Respondendo a uma
244 pergunta do Sr. JORGE RAMON ARAUJO MELLO da REDADA sobre o que
245 significava SPVS, informou que significava Sociedade de Pesquisa em Vida
246 Selvagem e Educação Ambiental, que era uma organização do Terceiro Setor
247 paranaense de perfil técnico científico fundado em 1974 com atuação nacional.
248 Continuou explicando que a SPVS trabalhava pela conservação da natureza
249 por meio da proteção de áreas nativas, de ações de educação ambiental e de
250 desenvolvimentos de modelos para o uso racional de recursos naturais e leu a

251 carta do COALIAR que havia sido enviada ao diretor executivo Clóvis Ricardo
252 S. Borges, em dia 23 de novembro de 2012: "Tendo tomado conhecimento da
253 proposta Águas Perenes que está sendo encaminhada ao programa
254 PETROBRÁS AMBIENTAL, eleição pública de projetos 2012, pela Sociedade
255 de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS, o Comitê das
256 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - COALIAR, reconhece sua
257 importância para a conservação dos recursos hídricos nos municípios de
258 abrangência do projeto e vem por meio deste expressar seu apoio ao referido
259 projeto. Esse apoio se dará pela divulgação do projeto em reunião plenária
260 assim que o mesmo foi aprovado pela PETROBRÁS. Esperamos juntamente
261 com os demais atores dessa iniciativa que os esforços realizados tragam
262 resultados efetivos para conservação da água e dos ecossistemas relacionados
263 e para formação dos cidadãos comprometidos com a preservação do meio
264 ambiente. Atenciosamente, Presidente do COALIAR". O Sr. MARIO BASTOS
265 DA SILVA comentou que as ações definidas no Plano de Drenagem
266 (PDDr/2002), como foram as obras do canal extravassor por exemplo tem
267 como condicionantes a participação dos municípios nos projetos que combinam
268 medidas estruturais e não estruturais a médio e longo prazo nas bacias mais
269 urbanizadas .As obras estruturais previstas no Plano devem passar por amplo
270 estudo dentro do Comitê , levantando seus reais impactos econômicos e
271 socioambientais e a retenção distribuída através de amortecimento a
272 montante, infiltrações no solo, retenção no lote urbano, conservação das
273 várzeas , etc devem ser projetos incentivados e apoiados prioritariamente no
274 Plano de intervenção nas bacias. Continuou falando que já havia passado
275 tempo suficiente para considerarmos que as ações definidas no Plano de
276 Drenagem para curto prazo já tivessem sido implementadas. Explicou que a
277 eficácia dos tanques de detenção como minimizadores dos impactos das
278 enchentes passa pelos seguintes aspectos práticos: sua manutenção e
279 manejo a exemplo dos piscinões de São Paulo e por aqui no Loteamento
280 Parque dos Lagos no Município de Colombo na bacia do rio Palmital ,que se
281 instalou e realizou aterro em área de várzea causando impactos ambientais
282 diversos entre os quais os assoreamentos , inclusive com rios canalizados,
283 com lixo dentro das lagoas de detenção e esse projeto não cumprem com
284 sua principal função que é amortecer os picos de cheia, sendo mantidas as
285 lagoas cheias , nos períodos de estiagem as vésperas das chuvaradas . A
286 essência é se realizar projetos de retenção distribuídos nas microbacias com
287 entendimento da sua funcionalidade na sociedade e propôs a criação de uma
288 câmara técnica dentro do COALIAR com a participação da COMEC, do
289 AGUASPARANÁ, sociedade civil e demais interessados para discutir a
290 drenagem urbana. A Sra. INGRID ILLICH MULLER disse ter que submeter à
291 apreciação dos demais membros do comitê com relação à aprovação dessa
292 câmara, que todos os pontos que levantados eram muito importantes: as
293 enchentes, piscinões, a eficiência de parques lineares e que acreditava que
294 esses assuntos estavam previstos dentro do plano de Bacia e perguntou se
295 haveria condições nesse momento de criar mais uma câmara técnica. A Sra.
296 Olga Polatti comentou que o Plano de Drenagem fazia parte do Plano de Ações
297 e que acreditava que a criação de uma câmara técnica só para as questões de
298 drenagem não seria necessária e que se poderia trabalhar essa questão dentro
299 da CTPLAN. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO sugeriu que em uma próxima
300 reunião o AGUASPARANÁ fizesse uma apresentação sobre o projeto que

301 estava sendo executado com recursos do Banco Mundial sobre Prevenção e
302 Alertas de Cheias. O Sr. EDUARDO FELGA GOBBI da SEMA comentou que o
303 Sistema de Prevenção de Riscos e Desastres era uma parceria entre o Instituto
304 das Águas, MINEROPAR, Defesa Civil, a PETROBRÁS e COPEL, e que
305 recentemente em uma reunião na SEDU, havia sido discutido que estava
306 sendo solicitado aos municípios uma série de planos: plano diretor municipal,
307 plano de saneamento básico, plano de resíduos sólidos, plano de saneamento
308 básico contemplando os 4 eixos, inclusive drenagem, e agora os planos de
309 defesa de risco e desastre e que seria bom criar um ambiente que ajudasse os
310 municípios nesse sentido porque muitas vezes os municípios acabavam tendo
311 essas atribuições e contratavam planos desacoplados dos outros sem usar a
312 mesma base. A Sra. CLÁUDIA REGINA BOSCARDIN da Prefeitura Municipal
313 de Curitiba complementou sugerindo que a Prefeitura de Curitiba também
314 apresentasse seu plano diretor de drenagem que estava em fase de
315 finalização. A Sra. INGRID ILLICH MULLER consultou o Sr. MARIO BASTOS
316 DA SILVA sobre o fato de se fazer uma apresentação sobre os projetos em
317 andamento e então consultar a CTPLAN para ver se ela abrigaria um grupo de
318 trabalho específico. O Sr. MARIO BASTOS DA SILVA respondeu que
319 infelizmente não pode participar da 10ª reunião do Comitê e perguntou quantas
320 Câmaras Técnicas estavam instaladas no Comitê ao que a Sra. OLGA
321 POLATTI respondeu que haviam duas Câmaras Técnicas instaladas e
322 demonstrou sua preocupação quanto disponibilidade dos membros do Comitê
323 para participação em mais uma CT. O Sr. MARIO BASTOS DA SILVA
324 concordou que a disponibilidade para participação em câmaras técnicas era um
325 fator limitante e que as questões poderiam ser discutidas futuramente no
326 âmbito da CTPLAN. A Sra. INGRID ILLICH MULLER deixou registrado que na
327 próxima reunião do Comitê seria feita uma apresentação pelo Instituto das
328 Águas do Paraná do Projeto de Controle de Cheias e também uma
329 apresentação do Programa de Drenagem da PMC. Não havendo nada mais a
330 ser tratado a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por
331 finalizada a 13ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
332 Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA RYDYGIER DE POLATTI, Gerente
333 das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, lavrei a presente Ata.
334 De Acordo
335 Márcio Fernando Nunes
336 Secretário Geral do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
337 Ribeira